

MULTIPLIKE SECURITIZADORA S.A.
(CNPJ nº 14.955.141/0001-72)

Joinville - SC

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023

MULTIPLIKE SECURITIZADORA S.A.
(CNPJ nº 14.955.141/0001-72)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis	
Balanços Patrimoniais - Ativo.....	7
Balanços Patrimoniais - Passivo.....	8
Demonstrações dos Resultados.....	9
Demonstrações dos Resultados Abrangentes.....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto.....	11
Demonstrações dos valores adicionados.....	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	13

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros, Acionistas e Administradores da
MULTIPLIKE SECURITIZADORA S.A.
Joinville - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Multiplike Securitizadora S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Multiplike Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem modificação.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas

demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receita com deságio

Conforme descrito na nota explicativa nº 01, a principal atividade da Sociedade é a aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços, que sejam passíveis de securitização, conforme política de crédito devidamente aprovada pela diretoria, e a emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Debêntures, ou de qualquer outro título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades. Devido a relevância desta transação para a Sociedade, e o gerenciamento do reconhecimento, mensuração e adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria.

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Esse tema foi considerado como relevante em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser o processo de reconhecimento de receitas, além de tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações contábeis da Sociedade, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos.

Como conduzimos o PAA em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros; (i) verificação das emissões por amostragem; (ii) recálculo dos ativos por amostragem de acordo com as premissas especificada em cada Termo de Securitização; (iii) recálculo dos valores a receber oriundos da securitização de recebíveis; (iv) conciliação contábil da carteira; e (v) inspeção da liquidação financeira e das baixas dos recebíveis.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em

conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso

dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias

extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São José dos Pinhais, 15 de fevereiro de 2023.

Ronskoski Auditores Independentes S/S
CRC – PR N° 011842/O-5
CVM N° 13200



Luiz Eduardo Ronskoski
CRC – PR N° 044.768/O-3

* * *

MULTIPLIKE SECURITIZADORA S/A

Joinville - SC

BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

A T I V O

		R\$ mil	
		2023	2022
CIRCULANTE	Nota	<u>179.577</u>	<u>142.779</u>
Caixas e Equivalentes de Caixa	5	10.871	28.346
Direitos Creditórios a Receber	6	168.389	114.061
Créditos Tributários		209	-
Outras Contas a Receber		108	372
NÃO CIRCULANTE		<u>2.377</u>	<u>2.070</u>
Investimentos		18	7
Imobilizado	7	2.327	2.031
Intangível		32	32
TOTAL DO ATIVO		<u>181.954</u>	<u>144.849</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MULTIPLIKE SECURITIZADORA S/A

Joinville - SC

BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

PASSIVO

		R\$ mil	
		2023	2022
CIRCULANTE	Nota	<u>30.668</u>	<u>28.839</u>
Empréstimos e Financiamentos	8	-	19.005
Obrigações Tributárias		445	1.995
Obrigações Trabalhistas/Previdenciárias		6.264	2.004
Outras Contas a Pagar		23.959	5.835
NÃO CIRCULANTE		<u>140.819</u>	<u>106.545</u>
Empréstimos e Financiamentos	8	-	1.163
Debêntures Captadas	9	140.819	105.382
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>10.467</u>	<u>9.465</u>
Capital Social	11	1.000	1.000
Reserva Legal		200	200
Reserva de Lucros		9.267	8.265
TOTAL DO PASSIVO		<u>181.954</u>	<u>144.849</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MULTIPLIKE SECURITIZADORA S/A**Joinville - SC****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**

	R\$ mil	
	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	<u>81.321</u>	<u>67.165</u>
Receita com Deságio	81.321	67.165
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	<u>(3.251)</u>	<u>(2.452)</u>
Impostos e Contribuições	(3.251)	(2.452)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	<u>78.070</u>	<u>64.713</u>
RECEITA(DESPESAS) OPERACIONAIS	<u>(78.303)</u>	<u>(49.895)</u>
Financeiras	(13.274)	(10.795)
Gerais e Administrativas	(65.029)	(39.100)
RESULTADO OPERACIONAL	<u>(233)</u>	<u>14.818</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(205)</u>	<u>(2.082)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(438)</u>	<u>12.736</u>
Lucro por Ação	(0,44)	12,74

MULTIPLIKE SECURITIZADORA S/A**Joinville - SC****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

	R\$ mil	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE	<u>(438)</u>	<u>12.736</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADOS ABRANGENTE DO TRIMESTRE	<u>(438)</u>	<u>12.736</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MULTIPLIKE SECURITIZADORA S/A**Joinville - SC****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**

EVENTOS	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS	LUCRO/PREJUÍZO ACUMULADO	R\$ mil TOTAIS	
					2023	2022
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	1.000	200	8.265	-	9.465	316
1 - REVERSÃO DE PROVISÃO	-	-	-	1.440	1.440	-
2 - LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	(438)	(438)	12.736
3 - DESTINAÇÕES						
- Dividendos	-	-	-	-	-	(3.587)
- Reserva de Lucros	-	-	1.002	(1.002)	-	-
SALDOS NO FINAL DO EXERCÍCIO	1.000	200	9.267	-	10.467	9.465
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	1.002	-	1.002	9.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MULTIPLIKE SECURITIZADORA S/A

Joinville - SC

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**

	R\$ mil	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	(438)	12.736
RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO AO CAIXA LÍQUIDO		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	1.280
Depreciação e Amortização	16	-
	<u>-422</u>	<u>14.016</u>
(AUMENTO) DIMINUIÇÃO DE ATIVOS OPERACIONAIS		
Direitos Creditórios a Receber	(54.328)	(31.642)
Créditos Tributários	(209)	-
Outros Créditos a Receber	254	(305)
	<u>(54.283)</u>	<u>(31.947)</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE PASSIVOS OPERACIONAIS		
Obrigações Tributárias	(1.550)	1.523
Obrigações Trabalhistas/Previdenciárias	4.861	1.516
Obrigações Sociais e Estatutárias	-	(25.623)
Outras Contas a Pagar	18.124	1.059
	<u>21.435</u>	<u>(21.525)</u>
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(33.270)</u>	<u>(39.456)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Debentures Captadas	35.437	68.472
Empréstimos e Financiamentos	(19.319)	(2.446)
Dividendos Distribuídos	-	(3.587)
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES FINANCIAMENTO	<u>16.118</u>	<u>62.439</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(312)	(307)
Investimentos	(11)	(7)
CAIXA (APLICADO) ORIUNDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(323)</u>	<u>(314)</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES	<u>(17.475)</u>	<u>22.669</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO PERÍODO		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	28.346	5.677
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	10.871	28.346
	<u>(17.475)</u>	<u>22.669</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MULTIPLIKE SECURITIZADORA S/A

Joinville - SC

**DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**

	R\$ mil	
	2023	2022
RECEITA		
Receita	81.321	67.165
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.280)
	<u>81.321</u>	<u>65.885</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
CUSTOS		
Materiais, Energia, Serviços de terceiros, outros	(22.448)	(11.303)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>58.873</u>	<u>57.142</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receita financeira	<u>1.768</u>	<u>110</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>60.641</u>	<u>54.692</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
<u>PESSOAL</u>		
Remuneração	34.915	21.145
Outros benefícios	685	605
FGTS	<u>1.741</u>	<u>1.161</u>
	<u>37.341</u>	<u>22.911</u>
<u>TRIBUTOS</u>		
Federais	<u>8.683</u>	<u>8.140</u>
	<u>8.683</u>	<u>8.140</u>
<u>REMUNERAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS</u>		
Juros	696	2.777
Despesas bancárias	1.177	820
Outros	<u>13.182</u>	<u>7.308</u>
	<u>15.055</u>	<u>10.905</u>
<u>REMUNERAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO</u>		
(Prejuízo) / Lucro do exercício	<u>(438)</u>	<u>12.736</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	<u>60.641</u>	<u>54.692</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MULTIPLIKE ECURITIZADORA S.A.

Joinville - SC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores em R\$ mil)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem por objeto social a aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços, que sejam passíveis de securitização, conforme política de crédito devidamente aprovada pela diretoria, e a emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Debêntures, ou de qualquer outro título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades.

Em 26 de janeiro de 2021, por meio de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado pela transformação da sociedade em companhia aberta.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em observância as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e normas da Comissão de Valores Mobiliários.

NOTA 3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade com relação às normas IFRS e às normas do (CPC). As presentes demonstrações financeiras incluem: As demonstrações financeiras preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Padronização Contábil (CPCs). Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa 4 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2023. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 31 de janeiro de 2024.

NOTA 4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações financeiras, ressaltamos:

A) APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado pelo regime de competência.

B) ATIVO CIRCULANTE

Demonstrado pelo valor de aplicação ou de aquisição, acrescido de rendimentos incorridos até a data do balanço. Os valores desses ativos, quando aplicável, foram deduzidos de provisão para ajuste ao valor de mercado. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

C) ATIVO NÃO CIRCULANTE IMOBILIZADO

Registrado pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), caso aplicável. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 7 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A Companhia não fez opção em utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função do seu imobilizado, tal como apresentado, atender de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do pronunciamento CPC 27 (Ativo Imobilizado). Além disso, a Administração da Companhia entende que a prática contábil de valorizar o ativo imobilizado pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é a prática contábil que melhor representa o seu ativo imobilizado.

Veículos	20% a.a.
Moveis e Utensílios	10% a.a.
Computador e Periféricos	20% a.a.
Equipamentos e Instalações	20% a.a.

D) PASSIVO CIRCULANTE

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.

E) PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

A provisão do Imposto de Renda sobre o Lucro foi constituída à alíquota de 15% (quinze por cento), com adicional federal de 10% (dez por cento), sobre

a parcela excedente a R\$ 60 mil trimestrais e a Contribuição Social sobre o Lucro foi constituída à alíquota de 9% (nove por cento), do lucro líquido, na forma que dispõe a legislação vigente.

F) DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

NOTA 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DESCRIÇÃO	2023	2022
Caixa	1	3
Banco Conta Movimento	6.789	28.104
Aplicação Financeira	4.081	239
TOTAL	10.871	28.346

NOTA 6. DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER

DESCRIÇÃO	2023	2022
Títulos a Receber	171.219	116.891
(-) PCLD	-2.830	-2.830
TOTAL	168.389	114.061

NOTA 7. IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	2023	2022	TAXA
Veículos	197	197	20% a.a.
Móveis e Utensílios	248	240	10% a.a.
Computador e Periféricos	360	141	20% a.a.
Equipamentos e Instalações	1.520	1.451	10% a.a.’
Construções em Andamentos	2	2	
TOTAIS	2.327	2.031	-

NOTA 8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

DESCRIÇÃO	2023	2022
Banco Banrisul	-	2.327
Banco Sofisa	-	17.000
Banco Santander	-	-
Caixa Econômica	-	841
TOTAL	-	20.168
Curto Prazo	-	19.005
Longo Prazo	-	1.163

Estão apresentados pelo valor do principal, acrescidos dos encargos financeiros incorridos “pro rata temporis” até a data base das demonstrações financeiras, conforme os termos definidos contratualmente.

NOTA 9. DEBÊNTURES

PRIMEIRA EMISSÃO

Foram emitidas 2.500 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 27 de fevereiro de 2012;
Modalidade : Simples não conversível em ações.
Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal : R\$ 2.500.000,00
Base de Remuneração: As Debêntures da 1ª série será a variação mensal da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP, fixada pelo Conselho Monetário Nacional, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. b) A base de remuneração da 2ª série será a variação mensal do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. c) A base de remuneração da 3ª série será de 120% (cento e vinte por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. d) A base de remuneração da 4ª série será de 150% (cento e cinquenta por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. e) A base de remuneração da 5ª série será de 1,3% (um vírgula três por cento), expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. f) A base de remuneração da 6ª série será de 1,5% (um vírgula cinco por cento), expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. g) A base de remuneração da 7ª série será de 1,8% (um vírgula oito por cento), expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias.

SEGUNDA EMISSÃO

Foram emitidas 5.000 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 10 de novembro de 2014;
Modalidade : Simples não conversível em ações.
Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal : R\$ 5.000.000,00
Base de Remuneração: As Debêntures da 1ª série será a variação mensal da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP, fixada pelo Conselho Monetário Nacional, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. b) A base de remuneração da 2ª série será a variação mensal do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. c) A base de remuneração da 3ª série será de 120% (cento e vinte por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. d) A base de remuneração da 4ª série será de 150% (cento e cinquenta por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. e) A base de remuneração da 5ª série será de 1,3% (um vírgula três por cento), expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. f) A base de remuneração da 6ª série será de 1,5% (um vírgula cinco por cento), expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. g) A base de remuneração da

7ª série será de 1,8% (um vírgula oito por cento), expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias.

TERCEIRA EMISSÃO

Foram emitidas 3.000 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 30 de julho de 2018;
Modalidade : Simples não conversível em ações.
Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal : R\$ 15.000.000,00

Base de Remuneração: As Debêntures da **1ª série** será de 120% (cento e vinte por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. **b)** A base de remuneração da **2ª série** será de 140% (cento e quarenta por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. **c)** A base de remuneração da **3ª série** será de 160% (cento e sessenta por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. **d)** A base de remuneração da **4ª série** será de 180% (cento e oitenta por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias.

QUARTA EMISSÃO

Foram emitidas 3.000 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 10 de dezembro de 2019;
Modalidade : Simples não conversível em ações.
Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal : R\$ 30.000.000,00

Base de Remuneração: As Debêntures da **1ª série** será de 1% (um por cento) expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias, sendo que ocorrendo o resgate ou a solicitação de resgate no prazo inferior a 24 (vinte e quatro) meses, ocorrerá pagamento de 80% (oitenta por cento) da remuneração estabelecida. **b)** A base de remuneração da **2ª série** será de 0,90% (zero vírgula noventa por cento), expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias, sendo que ocorrendo o resgate ou a solicitação de resgate no prazo inferior a 12 (doze) meses, ocorrerá pagamento de 80% (oitenta por cento) da remuneração estabelecida. **c)** A base de remuneração da **3ª série** será de 0,80% (zero vírgula oitenta por cento), expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias, sendo que ocorrendo o resgate ou a solicitação de resgate no prazo inferior a 06 (seis) meses, ocorrerá pagamento de 80% (oitenta por cento) da remuneração estabelecida. A EMISSORA pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisição facultativa ou vencimento antecipado.

QUINTA EMISSÃO

Foram emitidas 6.000 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 02 de junho de 2020;
Modalidade : Simples não conversível em ações.
Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal : R\$ 30.000.000,00

Base de Remuneração: **1ª série** será de 250% (duzentos e cinquenta por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias,

sendo que ocorrendo o resgate ou a solicitação de resgate no prazo inferior a 2 (dois) meses, ocorrerá pagamento de 80% (oitenta por cento) da remuneração estabelecida. **b)** A base de remuneração da **2ª série** será de 300% (trezentos por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias, sendo que ocorrendo o resgate ou a solicitação de resgate no prazo inferior a 3 (três) meses, ocorrerá pagamento de 80% (oitenta por cento) da remuneração estabelecida. Na ausência de apuração e/ou divulgação das referidas taxas por prazo superior a 30 (trinta) dias contados daquela data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal deverá ser convocado Assembléia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a EMISSORA, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa divulgada conhecida na data de encerramento do último período até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas. A EMISSORA pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisição facultativa ou vencimento antecipado.

SEXTA EMISSÃO

Foram emitidas 20.000 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 03 de setembro de 2021;

Modalidade : Simples não conversível em ações.

Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.

Valor nominal : R\$ 100.000.000,00

Base de Remuneração: **1ª série** será de 180% (cento e oitenta por cento) do C.D.I., expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, sendo que as debêntures desta série não possuem prazo mínimo para resgate. **b)** A base de remuneração da **2ª série** será de 1,00% (um vírgula zero por cento) expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias, sendo que prazo de mínimo para solicitação de resgate é de 6 (seis) meses, a contar da data de integralização. Na ausência de apuração e/ou divulgação das referidas taxas por prazo superior a 30 (trinta) dias contados daquela data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal deverá ser convocado Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a EMISSORA, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa divulgada conhecida na data de encerramento do último período até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas. A EMISSORA pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisição facultativa ou vencimento antecipado.

SÉTIMA EMISSÃO

Foram emitidas 10.000 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 18 de novembro de 2021;

Modalidade : Simples não conversível em ações.

Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.

Valor nominal : R\$ 50.000.000,00

Base de Remuneração: 1,2% (um vírgula dois por cento) expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. A EMISSORA pagará "pro rata

temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisição facultativa ou vencimento antecipado

OITAVA EMISSÃO

Foram emitidas 16.000 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 15 de junho de 2022;
Modalidade : Simples não conversível em ações.
Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal : R\$ 80.000.000,00

Base de Remuneração: **1ª série** será de 0,8% (zero vírgula oito por cento) expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. **b)** A base de remuneração da **2ª série** será de 0,9% (zero vírgula nove por cento) expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. **c)** A base de remuneração da **3ª série** será de 120% (cento e vinte por cento) do C.D.I expressa na forma de percentual ao mês, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. **d)** A base de remuneração da **4ª série** será de 140% (cento e quarenta por cento) do C.D.I expressa na forma de percentual ao mês, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

NONA EMISSÃO

Foram emitidas 80.000.000 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 25 de agosto de 2022;
Modalidade : Simples não conversível em ações.
Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal : R\$ 80.000.000,00

Base de Remuneração: **a) 1ª série** será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias. **b)** A base de remuneração da **2ª série** será de 50% (cinquenta por cento) do C.D.I, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

DÉCIMA EMISSÃO

Foram emitidas 8.000 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 26 de setembro de 2022;
Modalidade : Simples não conversível em ações.
Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal : R\$ 40.000.000,00

Base de Remuneração: **a) 1ª série** será de 130% (cento e trinta por cento) do C.D.I, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

DÉCIMA PRIMEIRA EMISSÃO

Foram emitidas 40.000 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 05 de dezembro de 2022;
Modalidade : Simples não conversível em ações.
Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.
Valor nominal : R\$ 200.000.000,00

Base de Remuneração: **a) 1ª série** será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias.

A Emissora pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisição facultativa ou vencimento antecipado.

DÉCIMA SEGUNDA EMISSÃO

Foram emitidas 50.000 debêntures conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 06 de setembro de 2023;

Modalidade : Simples não conversível em ações.

Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.

Valor nominal : R\$ 250.000.000,00

Base de Remuneração: **a) 1ª série** será por TR – Taxa Referencial, calculada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias.

A Emissora pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisição facultativa ou vencimento antecipado.

DÉCIMA TERCEIRA EMISSÃO

Foram emitidas 20.000 debêntures em 5 séries conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão : 16 de novembro de 2023;

Modalidade : Simples não conversível em ações.

Garantia : Direitos creditórios da carteira de ativos.

Valor nominal : R\$ 100.000.000,00

Base de Remuneração: **a) 1ª série** será 105% do CDI, **2ª série** 100% do CDI, **3ª série** 95% do CDI, **4ª série** 90% do CDI e **5ª série** 80% do CDI, expressos na forma de percentual ao ano.

A EMISSORA pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisição facultativa ou vencimento antecipado.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é de R\$ 140.818.668,52 representadas por 20.231.458 debêntures.

NOTA 10. LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA

A Lei Nº 11.638/07, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, com vigência a partir de janeiro de 2008 e alterada pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/2009. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Em 31 de Dezembro de 2022, a Instituição fez uma avaliação dessas alterações destacando o que segue: A administração entende que não há nas demonstrações contábeis, ajustes a serem feitos referentes ao valor presente das operações ativas e passivas de longo prazo ou relevantes de curto prazo.

NOTA 11. DEMANDA JUDICIAIS

Não há demandas judiciais ou extrajudiciais de polo passivo classificadas por nossos consultores jurídicos com risco provável de perda que demandem registro nas demonstrações contábeis da Sociedade.

NOTA 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL

O capital social da Companhia é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), representado por 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias com direito a voto de forma nominativa e com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada.

RESERVA LEGAL

Conforme legislação vigente a reserva legal foi constituída, com limite de 20% por cento do Capital Social.

RESERVA DE LUCROS

Refere-se ao saldo de lucros acumulados, cuja destinação depende de deliberação em Assembleia pelos sócios.

NOTA 13. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

FATORES DE RISCO FINANCEIRO

As atividades da Sociedade a deixa exposta a riscos financeiros como os riscos de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

No entanto, quando aplicável, o programa de gestão de risco global do Sociedade se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Sociedade.

A gestão de risco é realizada pela administração da Sociedade. A administração da Sociedade identifica, avalia e a toma medidas visando proteger a Sociedade contra eventuais riscos financeiros.

RISCO DE MERCADO

(i) RISCO CAMBIAL

Atualmente não existem operações que exponham a Sociedade a riscos cambiais significativos, no entanto a administração estabeleceu uma política para que a Sociedade administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As operações que vierem a ser expostas ao risco cambial, devem ter suas posições protegidas via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da

administração da Sociedade. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade, o que não ocorre no momento.

(ii) RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating de risco moderado ou baixo. Caso clientes do atacado sejam classificados por agência independente, são usadas essas classificações. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As operações com os clientes são liquidadas em sua grande maioria por transferências.

(iii) RISCO DE LIQUIDEZ

A previsão de fluxo de caixa é realizada também pela administração, sendo que ela monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Sociedade não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Sociedade, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Sociedade, a administração pode, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos cotistas ou, ainda, realizar aumento de capital através de novas cotas ou ainda vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

NOTA 14. RELAÇÃO COM AUDITORES

A empresa de auditoria independente por nos contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

NOTA 15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há eventos subsequentes até a publicação dessas demonstrações financeiras que requeresse divulgação.